

MOÇÃO DE REPÚDIO

MANIFESTA REPÚDIO ÀS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, PROFERIDAS DURANTE ENTREVISTA CONCEDIDA NA INDONÉSIA, NAS QUAIS AFIRMOU QUE “TRAFICANTES SÃO VÍTIMAS DOS USUÁRIOS TAMBÉM” E CRITICOU AÇÕES DE COMBATE AO TRÁFICO REALIZADAS PELOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

Senhor(a) Presidente

Com fundamento no artigo 142, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá, solicito aos Nobres Pares a aprovação da presente Moção de Repúdio, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em razão das declarações desrespeitosas e equivocadas proferidas em âmbito internacional, que minimizam a gravidade do crime organizado e relativizam o papel dos traficantes na perpetuação da violência.

JUSTIFICATIVA

O Brasil enfrenta, atualmente, um dos cenários mais graves de domínio do crime organizado em toda a América Latina. De acordo com levantamento da Universidade de Cambridge, publicado na revista *Perspectives on Politics* (2025), entre 50,6 milhões e 61,6 milhões de brasileiros o equivalente a 25% a 30% da população nacional vivem sob influência direta de facções criminosas.

Essas populações estão submetidas a regras impostas por grupos ilícitos, como toques de recolher, cobrança de “taxas de proteção” e restrições à liberdade individual, em contextos que abrangem periferias urbanas, regiões metropolitanas e até pequenos municípios.

O estudo revela, ainda, que o Brasil apresenta o quadro mais grave entre 18 países latino-americanos, superando inclusive México e El Salvador, nações tradicionalmente marcadas pela violência de gangues armadas.

No cenário mais conservador da pesquisa, 1 em cada 10 latino-americanos vive em locais onde a presença do crime organizado é superior à do próprio Estado, evidenciando que a situação brasileira é estrutural e demanda políticas públicas sérias, integradas e permanentes de enfrentamento.

Diante desse contexto alarmante, causa profunda preocupação e indignação o fato de o Presidente da República, em pronunciamento internacional, ter afirmado que “traficantes são vítimas dos usuários



também”, além de ter criticado ações de combate ao tráfico realizadas por países parceiros.

Tais declarações enfraquecem o trabalho das forças de segurança pública, desrespeitam as vítimas do crime organizado e deslegitimam a atuação policial, cujos agentes arriscam diariamente a própria vida em defesa da sociedade.

Além disso, demonstram desconexão do Poder Executivo com a realidade nacional, ao ignorar o avanço de facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), que se consolidam como verdadeiras máfias, controlando territórios inteiros e impondo regras paralelas ao Estado.

E nos causa repulsa e indignação a resistência do Exmo. Sr. Presidente em classificar as facções criminosas (CV e PCC) como organizações terroristas. E ainda nos causa ojeriza o relacionamento de proximidade entre este Governo e diversas nações classificadas e conhecidas como narcoestados.

O estudo da Universidade de Cambridge reforça que o nível de sofisticação e o poder territorial dessas organizações exigem ação coordenada, firme e contínua do Estado brasileiro o que não se observa na atual gestão.

Ao minimizar o papel do crime organizado e deslocar a responsabilidade para os usuários, o Governo fragiliza as políticas de segurança, compromete a cooperação internacional e ignora os efeitos devastadores do tráfico sobre famílias, jovens e comunidades inteiras.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 30 de outubro de 2025.

Ranalli. - PL

Vereador(a)

